

Diretor da Fiesp quer mudar modelo econômico

São Paulo — O diretor executivo da Zanini e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Sr Luiz Lacerda Biagi, disse ontem que o Governo não deveria ficar só em pequenas mudanças, como aumentar a alíquota do imposto de Renda para pessoas jurídicas e diminuir os subsídios, mas ter coragem de reformular o modelo econômico como um todo, adotando metas mais humildes e realistas.

De acordo com seus cálculos, seriam necessários 495 bilhões de dólares (cerca de Cr\$ 1,5 trilhão) até 1995 somente para tocar os programas nuclear, de exploração de petróleo, Plano 95 de energia, proálcool, do carvão e do cimento. "O país — acrescentou — não tem a mínima condição de arcar com esses investimentos e, ao mesmo tempo, realizar os programas prioritários para a população".

"Se insistirmos na realização desses planos — observou — será preciso fazer cada vez mais concessões às empresas estrangeiras, para atrair capital de risco, desnacionalizando por completo a economia". O Governo, na sua opinião, precisaria ter coragem de mexer nos grandes oligopólios e cartéis estrangeiros, que impõem seus interesses à economia brasileira.

Para o diretor da Zanini, "nem em 50 anos se substituirá o petróleo consumido pelo país com recursos próprios". Lembrou que, atualmente, o país produz 3,8 bilhões de litros de álcool e consome 65 bilhões de litros de petróleo. E, como não dispõe de recursos para executar a completa substituição, só terá uma alternativa no futuro: abrir o Proálcool para as multinacionais, com a justificativa de que o empresário nacional é incompetente.

"É preciso reconhecer que somos um país pobre e estamos quase quebrados e pararmos de viver como ricos, sustentando o consumo de 15 milhões de veículos, a maioria de passeio, e uma estrutura de transporte voltada para os interesses das empresas multinacionais", assinalou o diretor da Fiesp.

A ESCADA

"É muito fácil o Governo tirar a escada dos subsídios, agora que muitos setores estão em baixa. Contudo, é preciso perguntar se esse é o único grande mal do país e se resolve definitivamente o problema", acentuou o diretor da Zanini. Afirmou que o Governo confisca todos os produtos rentáveis, como ocorreu com o açúcar, em 1972, e, quando a mina seca, é obrigado a conceder subsídios, distorcendo a estrutura da economia e premiando a ineficiência.

O Sr Luiz Lacerda Biagi acentuou que os subsídios distorcem a economia de mercado, premiando a ineficiência e levando-a a ser cada vez menos competitiva. O risco — comentou — é o aval moral do lucro. Só que com subsídios e dirigismo estatal excessivo não é possível saber quem é capaz de enfrentar o risco e tem direito ao lucro.

A economia brasileira, de acordo com o diretor da Fiesp, está transformando-se numa série de clubinhos fechados, nos quais os pequenos e médios já não têm mais acesso. Destacou que o setor alcooleiro é um exemplo típico, pois só os grandes agricultores, os que possuem grandes propriedades, podem ter acesso aos financiamentos do Proálcool, a juros subsidiados.

DIRIGISMO ESTATAL

O excessivo dirigismo estatal, os planos irrealistas e o incentivo à ineficiência, segundo o diretor da Zanini, levarão o país a ser cada vez mais caudatário do capital estrangeiro.

"Se o modelo brasileiro não for urgentemente repensado — declarou — vamos acabar perdendo o controle da situação e do país."

"O melhor país do mundo para as multinacionais — destacou — é aquele que está em dificuldades e cujos empreendimentos podem ser assumidos com facilidade pelas empresas estrangeiras. Não é à toa que o Brasil é considerado uma boa opção para o capital estrangeiro e o Governo se vê obrigado a estimular a entrada de recursos de risco."

O diretor da FIESP observou que a "maioria dos setores dominados pelas multinacionais recebe hoje um tratamento mais favorável do que os demais. Num setor dominado pelo capital estrangeiro na forma de cartel ou oligopólio é simplesmente proibida a importação de produtos — automóveis, tratores e televisores são alguns exemplos — porque existe reserva de mercado ou a alíquota do imposto é demasiadamente elevada. Nos setores nacionais, a alíquota não cobre nem as vantagens dadas pelos países produtores", frisou.

"O país — acrescentou — deveria definir sua política industrial, impor reserva de mercado em setores prioritários para a indústria nacional, e incentivar a concorrência no mercado interno, possibilitando o crescimento e a participação das pequenas e médias empresas. Dessa forma, teríamos competição no mercado interno e as empresas seriam obrigadas a lutar pela eficiência e produtividade, num sistema saudável de concorrência que beneficiaria toda a sociedade brasileira."

Depoimentos de
LUIZ LACERDA BIAGI